

**DO ENSINO SUPERIOR AO MERCADO DE TRABALHO E INÍCIO DE CARREIRA:
A CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA**

Gabriela Luana Hennig Bordignon¹

RESUMO

Esse trabalho apresenta uma pesquisa bibliográfica acerca dos principais desafios encontrados pelos formandos no momento da transição entre ensino superior e mercado de trabalho. Nesse contexto, também busca-se realizar uma revisão teórica acerca do ensino superior no Brasil; verificar as principais competências e habilidades, necessárias para uma boa colocação no mercado de trabalho; compreender o significado de carreira na atualidade e analisar como a psicologia pode contribuir neste processo. Constatou-se que o ensino superior no Brasil se encontra em constante evolução desde a sua criação, deixando de ser privilégio de uma minoria detentora do poder e passando a ser um direito de cidadania para um número cada vez mais expressivo de pessoas. Esse fato, atrelado à atual crise econômica vivenciada no país, vem alterando significativamente o mundo do trabalho, fazendo com que uma boa colocação no mercado não dependa somente do diploma conquistado, mas também de uma série de competências e habilidades que o indivíduo precisa desenvolver. Para tanto, é de extrema importância um serviço de psicologia para auxiliar os estudantes nessa transição entre ensino superior e mercado de trabalho, bem como no planejamento e gestão de suas próprias carreiras.

Palavras-chaves: Psicologia. Ensino Superior. Mercado de Trabalho. Carreira.

**OF HIGHER EDUCATION TO THE LABOR MARKET AND BEGINNING OF
CAREER: THE CONTRIBUTION OF PSYCHOLOGY**

ABSTRACT

This paper presents a bibliographical research about the main challenges encountered by trainees in the transition from higher education to the labor market. In this context, it also sought to make

¹ Psicóloga pela Universidade de Passo Fundo – UPF, Especializanda em Psicologia Social pela Universidade Santo Amaro - UNISA. ✉ gabriela.hennig@hotmail.com.

a theoretical revision about higher education in Brazil; to verify the main skills and abilities necessary for a good job placement; understand the meaning of career in today and analyze how psychology can contribute to this process. It has been found that higher education in Brazil has been in constant evolution since its inception, from being a privilege of a minority holding power and becoming a right of citizenship for an ever more expressive number of people. This fact, coupled with the current economic crisis experienced in the country, has significantly altered the world of work, making a good placement in the market not only depends on the diploma achieved, but also a series of skills and abilities that the individual needs to develop. A psychology service is therefore of paramount importance to assist students in this transition between higher education and the labor market, as well as in the planning and management of their own careers.

Keywords: Psychology. Higher education. Job market. Career.

INTRODUÇÃO

O momento de transição entre o ensino superior e o mercado de trabalho implica uma reavaliação das escolhas realizadas, das experiências vivenciadas e uma antecipação do que está por vir, tanto em termos profissionais, quanto pessoais. Um dos principais problemas que os recém-formados encontram é a dificuldade para ingressar no mercado de trabalho da profissão que escolheram. Pois, o diploma universitário já não é mais a garantia de um emprego ou de sucesso como profissional autônomo (Teixeira & Gomes, 2004).

A conquista de um espaço profissional depende ainda de características pessoais, competências específicas, redes de relações e capacidade de ajustar-se à diferentes demandas. Mesmo diante da expansão do ensino superior e do crescimento das dificuldades encontradas no mercado de trabalho, os problemas gerados por essa transição em jovens adultos ainda são pouco explorados no Brasil, não tendo recebido a atenção dos pesquisadores (Teixeira & Gomes, 2004).

Visto que nesta fase de transição apresentam-se alguns sentimentos ambivalentes onde, euforia, felicidade e sentimento de dever cumprido misturam-se com sentimentos de dúvidas e incertezas em relação ao futuro profissional, buscou-se também neste artigo mostrar a importância do auxílio psicológico em tal processo. Sendo assim, será apresentado um histórico

sobre o desenvolvimento do Ensino Superior no Brasil, desde a criação das primeiras Instituições de Ensino Superior até os dias atuais. Após, será explanado acerca do momento de transição do indivíduo entre ensino superior e mercado de trabalho, apresentando as principais dificuldades encontradas durante a vivência desse processo, bem como as habilidades e competências necessárias para que essa transição seja realizada com sucesso. Nesse contexto, torna-se importante o conceito de carreira, visto que o seu planejamento, ainda durante a graduação, pode facilitar tal processo. Para finalizar, mostra-se como a psicologia pode contribuir para o sucesso do sujeito diante desse processo. A relevância do presente estudo se justifica pela importância do assunto na atualidade.

REFERENCIAL TEÓRICO

Ensino Superior no Brasil

As primeiras universidades na América surgiram no século XVI, fundadas por espanhóis, sendo instituições religiosas (Schwartzman, 2006). De acordo com Oliven (2002) o Brasil Colônia só criou instituições de ensino superior em seu território no início do século XIX, quase três séculos mais tarde. Segundo o autor, os estudantes da elite colonial portuguesa, para se graduarem, precisavam ir até a metrópole.

Na Colônia, os jesuítas cristianizavam os indígenas em seminários teológicos, sendo também responsáveis pela educação dos filhos da classe dominante nos colégios reais, oferecendo uma educação medieval latina com elementos de grego, preparando seus estudantes para frequentarem a Universidade de Coimbra, em Portugal. Na qual, eram acolhidos os filhos da elite portuguesa que nasciam nas colônias, visando desenvolver uma homogeneidade cultural na qual não se questionasse a fé Católica e a superioridade da Metrópole em relação à Colônia. Esta foi considerada a “primeira universidade”, onde cerca de 2.500 jovens nascidos no Brasil se graduaram (Oliven, 2002).

Em 1808, com a chegada da família real portuguesa no Brasil, foram fundadas as primeiras escolas de ensino superior no país. Porém, até a proclamação da república em 1889, o ensino superior desenvolveu-se muito lentamente, seguindo um modelo de formação de profissionais liberais em faculdades isoladas, assegurando um diploma profissional para garantia de vagas privilegiadas em um mercado de trabalho restrito. O mesmo também garantia prestígio social na época (Martins, 2002).

Ainda, para Martins (2002), em 1822 com a independência política, a situação continuou a mesma, visto que a elite detentora do poder não via vantagens na criação de novas universidades. No período de 1808 a 1882, existiam 24 projetos para criação de universidades, sendo que nenhum deles foi aprovado (Oliven, 2002).

As primeiras faculdades criadas no Brasil eram localizadas em cidades importantes, com orientação profissional elitista (Oliven, 2002). O número de instituições educacionais expandiu-se discretamente apenas em 1850, com a consolidação de alguns centros científicos como o Museu Nacional, a Comissão Imperial Geológica e o Observatório Nacional. Porém, essa ampliação era contida pela capacidade de investimentos do governo central, dependendo também de sua vontade política (Martins, 2002).

Já no final do século XIX, o Brasil contava com apenas 24 estabelecimentos de ensino superior, com cerca de 10.000 estudantes (Teixeira, 1969). Nesse momento, com a Constituição da República, a iniciativa privada pôde criar seus próprios estabelecimentos de ensino superior. Nos 30 anos que se seguiram, o Brasil passou de 24 escolas a 133. Sendo que, 86 dessas foram criadas na década de 1920 (Martins, 2002).

Com o Decreto nº 14.343 foi criada, em 1920, a primeira universidade brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro, que reunia Faculdades pré-existentes. Continuava mais voltada ao ensino do que à pesquisa, era elitista e conservava a orientação profissional dos seus cursos e a autonomia das faculdades, não passando assim de aglutinações de escolas isoladas (Oliven,

2002).

Segundo o mesmo autor em 1916, com a Fundação da Academia Brasileira de Ciências, passou-se a promover círculos acadêmicos de debate sobre questões relativas à pesquisa e ao ensino superior no Brasil. Em 1924 se deu a criação da Associação Brasileira de Educação (ABE), dando forças a tais discussões, pois uma de suas bandeiras era a criação do Ministério da Educação (Oliveira, 2002).

Com base nestes debates, o governo provisório de Getúlio Vargas promoveu, em 1931, a reforma educacional Francisco Campos (primeiro Ministro da Educação do país), passando a autorizar e regulamentar o funcionamento das universidades (Martins, 2002). Isso se deu com a aprovação do Estatuto das Universidades Brasileiras. Segundo esse estatuto, que vigorou até 1961, uma universidade poderia ser oficial (pública) ou livre (particular), devendo incluir pelo menos três entre os cursos de Direito, Medicina, Engenharia, Educação, Ciências e Letras. As mesmas seriam ligadas através de uma reitoria, porém manteriam sua autonomia jurídica (Oliveira, 2002).

O marco do período de 1931 a 1945 foi a disputa entre lideranças laicas e católicas pelo controle da educação. Nesse período, o governo ofereceu à Igreja a introdução do ensino religioso facultativo no ciclo básico em troca de apoio ao novo regime. Porém, a Igreja Católica possuía ambições maiores, motivo da criação de universidades próprias na década seguinte (Martins, 2002).

Em 1961 foi promulgada a lei nº 4024, lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira. Somente reforçando o modelo tradicional vigente no país, mantendo a cátedra vitalícia, as faculdades isoladas e as universidades formadas por aglutinações de escolas profissionais, mantendo também seu foco no ensino, deixando de lado, mais uma vez, a pesquisa. Sua novidade foi assegurar a representação estudantil nos colegiados. Nessa época, a ação da comunidade acadêmica foi além dos muros da Universidade, criando centros Populares de

Cultura e desenvolvendo programas de Alfabetização de Adultos, contrapondo as raízes elitistas, propondo um ensino superior mais nacional e democrático (Oliven, 2002).

Em 1964, com o início do regime militar, as universidades foram consideradas focos de subversão, causando a expulsão de importantes professores (Oliven, 2002). A reforma de 1968, mesmo ocorrendo em clima de deterioração dos direitos civis, inspirou-se nas ideias do movimento estudantil das décadas anteriores, proporcionando alguns avanços, dentre eles: instituiu o departamento como unidade mínima de ensino, criou os institutos básicos; organizou o currículo em ciclos básico e profissionalizante, aboliu a cátedra, tornou as decisões mais democráticas, institucionalizou a pesquisa (Martins, 2002).

Para Neves (2002) muitas dessas medidas, continuaram orientando a organização do ensino superior nos anos seguintes, como o estabelecimento da indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão, juntamente com a valorização da titulação e produção científica dos professores. Essa reforma estimulou a pós-graduação e as atividades científicas no país.

Com a pressão pelo aumento de vagas, em 1968 o setor privado se expandiu, criando inúmeras faculdades isoladas (Oliven, 2002). Essa pressão ocorreu devido as demandas das camadas sociais em ascensão que configuraram uma nova clientela para o ensino superior. Com isso, houve a consolidação do ensino superior privado no país (Bartholo, 2019).

Ao longo da história, a população brasileira menos favorecida economicamente apresenta percentuais baixos no que se refere ao ingresso no ensino superior (Pires & Vargas, 2019). Em um estudo da década de 1990, observou-se que estudantes oriundos de famílias com renda de até 6 salários mínimos representavam aproximadamente 12% dos matriculados em instituições privadas e 11% em instituições públicas. Enquanto, tanto no setor privado, quanto no público, a proporção de estudantes oriundos de famílias com renda acima de 10 salários mínimos ultrapassava os 60% (Martins, 2002).

Na década de 2000, ocorreu outra expansão do Ensino Superior no Brasil, na qual

inúmeras instituições foram criadas e o número de vagas ampliadas significativamente (Almeida, 2019). Essa ampliação abrangeu também as instituições públicas, com o objetivo de diminuir a desigualdade social no país (Florio, 2019). Assim, o ingresso no ensino superior é cada vez mais buscado por grupos de alunos que, tradicionalmente, eram excluídos desse acesso (Almeida, 2019).

Ainda, com a ampliação das vagas, negros, indígenas, a população desfavorecida economicamente e pessoas com deficiência também passaram a frequentar o ensino superior. Respaladas pela lei nº 12.711, a qual institui que os serviços de educação superior federais devem oferecer 50% de suas vagas para estudantes de escolas públicas, 50% destas devem destinar-se a alunos de famílias com renda de até um salário mínimo e meio por pessoa. Essas vagas devem ser preenchidas por autodeclarados negros, pardos e indígenas, proporcional ao número de negros, pardos e indígenas residentes no estado onde a instituição está instalada (Brasil; Felipe; Nora & Favretto, 2012).

Porém, mesmo após essa ampliação, um estudo realizado por Florio (2019), mostra que alunos de baixa renda, ainda encontram dificuldades para o ingresso no ensino superior, como a baixa qualidade do ensino médio público se comparado com o particular. Conseguindo ingressar, esses estudantes ainda encontram dificuldades para permanecer no ensino superior, sendo a mais comum a dificuldade financeira.

Segundo Neves (2002) a educação no ensino superior no Brasil constitui-se em um sistema complexo e diversificado, formado por instituições públicas e privadas, contendo os mais diversos tipos de cursos e também de programas. Incluindo diversos níveis de ensino, desde a graduação até a pós-graduação (*lato e stricto sensu*). Abrangendo, atualmente, cursos e modalidades de ensino diversos, como Bacharelados, Licenciaturas e Tecnólogos, presenciais e a distância (Bartholo, 2019).

Na atualidade, segundo o Censo de Educação Superior 2018 (INEP, 2018) no ano de

2018, o Brasil passou a ofertar 37.962 cursos de graduação e 45 cursos sequenciais, em 2.537 Instituições de Ensino Superior, sendo 2.238 privadas e 299 públicas. Entre 2008 e 2018, o número de matrículas na educação superior aumentou 44,6%. Em 2018, 3,4 milhões de alunos ingressaram em cursos de educação superior de graduação, tendo um crescimento de 6,8% em relação a 2017 (INEP, 2018).

Considerando a modalidade de educação superior à distância, percebe-se que a mesma se encontra em expansão, passando de 19,8% do total de matrículas no ensino superior em 2008, para quase 40% em 2018. Entre os anos de 2017 e 2018, houve uma diminuição de 3,7% das matrículas no ensino presencial, enquanto na modalidade à distância ocorreu um aumento de 27,9%. Ainda em 2018, mais de um milhão e duzentos mil estudantes concluíram educação superior de graduação no Brasil (INEP, 2018).

Observa-se que o conhecimento passado nos cursos superiores já não é suficiente para a garantia de uma boa colocação profissional e, muito menos, para a permanência do profissional na empresa (Malschitzky, 2012). Pois, a educação superior passou a ser um direito de cidadania para um número crescente de pessoas, deixando de ser um status prestigiante de uma minoria da população (Sousa & Gonçalves, 2016).

Por fim, a aquisição de um diploma de nível superior continua sendo amplamente almejada (Santos, 2019). Isso decorre da percepção de que o mesmo seja capaz de promover oportunidade de acesso a novas condições de vida e de realização pessoal (Almeida, 2019). Sousa e Gonçalves (2016) relatam que, mesmo com as dificuldades encontradas pelos recém-formados para conseguir um emprego, os jovens mais qualificados possuem maiores chances de encontrá-lo, sugerindo assim que um diploma universitário ainda possui um alto valor para as empresas.

Transição para o Mercado de Trabalho

A formação superior é a promessa de uma nova fase de vida, que tende a ser marcada

pelo início do exercício da profissão escolhida (Teixeira & Gomes, 2004). Porém, com os avanços tecnológicos, há a redução progressiva dos empregos, devido a substituição do trabalho humano por máquinas (Neto, 2019), demandando trabalhadores mais qualificados, flexíveis e com competências necessárias para atender às novas tecnologias e mudanças que estão ocorrendo no mercado de trabalho atual (Mériada; Hasenclever & Carvalho, 2019).

Uma boa transição para o mercado de trabalho depende de algumas capacidades e competências que deveriam ter sido desenvolvidas ao longo da formação, como a capacidade de resolução de problemas, de análise crítica, de inovação, de adaptação e cooperação (Lima & Coimbra, 2004). As instituições de ensino superior possuem a responsabilidade de auxiliar os estudantes nesse processo (Penha; Oliveira & Mendes, 2020).

Na década de 1990 aconteceram muitas mudanças no mundo do trabalho, impactando no perfil de trabalhadores exigido pelas empresas. Uma delas foi o fim do contrato vitalício entre empregador e empregado, onde bom desempenho e fidelidade por parte do trabalhador eram suficientes para que recebesse estabilidade no emprego de parte da empresa (Malschitzky, 2012). Atualmente, com a crise econômica que iniciou-se em 2014, percebe-se o aumento do desemprego e do trabalho informal (Mattei & Cunha, 2020). Nesse contexto, encontra-se um mercado cada vez mais competitivo, tornando a experiência de ingresso no trabalho uma vivência incerta e imprevisível para as novas gerações (Sousa & Gonçalves, 2016).

A transição do ensino superior para o trabalho envolve necessidades de adaptação e reorganizações vivenciais (Campos, 1993). Pois é uma fase imprevisível e estressante, o estudante está saindo da faculdade (local onde já estava adaptado) e procurando ingressar no mundo do trabalho, percebido como algo novo e turbulento (Sousa & Gonçalves, 2016).

Por isso, no período de conclusão do curso, há um aumento do sentimento de responsabilidade, além de sinais de impotência e sensação de pouco saber para enfrentar o mundo do trabalho (Bardagi,; Lassance; Paradiso & Menezes 2006). Nesse sentido, os jovens

sentem-se sem identidade, pois já deixaram de ser estudantes, mas ainda não se sentem profissionais (Teixeira & Gomes, 2004). Uma maior identificação com a profissão pode auxiliar no enfrentamento dessas dificuldades, permitindo melhores condições para lidar com ambiguidades e conflitos que venham a ser encontrados nesse processo. Observa-se também a necessidade de espaços de discussão desta transição, com o objetivo de fortalecer a auto eficácia para tomada de decisão e a melhor preparação do estudante formando para os desafios que serão encontrados no mercado de trabalho (Bardagi,; Lassance; Paradiso & Menezes, 2006).

Outro fator que poderá ainda influenciar essa transição é a satisfação dos estudantes com a sua formação superior, pois um desempenho acadêmico de sucesso os torna mais confiantes e bem-sucedidos nas primeiras experiências profissionais. A participação em atividades extracurriculares também ajuda a desenvolver competências interpessoais, de liderança e de gestão, habilidades fundamentais para a atuação profissional (Sousa & Gonçalves, 2016).

Tradicionalmente, os currículos das instituições de ensino superior não contemplavam o desenvolvimento de competências e habilidades relacionadas ao ingresso no mercado de trabalho como, por exemplo, formas de buscar emprego, elaboração de currículo e como enfrentar os processos de seleção (Teixeira & Gomes, 2004). Atualmente, as Instituições de Ensino Superior passaram a preocupar-se, progressivamente, com esse tema, buscando acompanhar as transformações que ocorrem no universo laboral, alterando seu foco de um ensino voltado a exposição de conteúdo para um ensino que desenvolve competências. Formando profissionais dinâmicos e adaptáveis, capazes de resolver situações-problemas rapidamente (Sartori & Garcia, 2019).

Portanto, a incerteza frente a essa fase de transição deve ser encarada como um sentimento normal. Pois, nesse momento, o indivíduo sente-se obrigado a tomar decisões que influenciarão diretamente seu futuro, muitas vezes encontrando uma realidade bem diferente daquela que havia planejado. Atualmente, é comum as pessoas continuarem desempregadas

após terminar o curso. E aqueles que encontram espaço profissional, por vezes aceitam condições precárias de trabalho (Sousa & Gonçalves, 2016).

A sociedade contemporânea é marcada pelos efeitos da globalização, onde mundo se movimenta rapidamente enfatizando a mutabilidade e o dinamismo (Bartholo, 2019). Nesse sentido, segundo Magalhães (2008), o mundo do trabalho passou a ser marcado pela aceleração e globalização da concorrência, atrelado ao aumento do trabalho informal e sazonal, à incerteza sobre o futuro e o ritmo frenético dos avanços tecnológicos. Nesse contexto, o conceito de lealdade para com a empresa passa o seu espaço para a preocupação do indivíduo em relação a sua carreira e a sua empregabilidade. Por isso, a importância de se falar também sobre carreira neste artigo.

Carreira

Conforme Tolfo (2002) a carreira é um tópico muito importante a ser debatido para o futuro, pois as mudanças no ambiente de trabalho exigem maior flexibilidade. A globalização e as novas tecnologias estão reduzindo os limites das organizações, dos empregos e dos papéis desempenhados pelos profissionais, causando um aumento dos níveis de ansiedade. Essas mudanças levaram as organizações a se reestruturarem, em decorrência dos efeitos do aumento da competitividade.

Nesse contexto, os indivíduos possuem o desafio de gerir a própria carreira, priorizando a sua atualização constante através do desenvolvimento de qualificações, formação ou competências. Pois o tempo de permanência do profissional na organização está ligado à sua capacidade de colocar o saber-fazer, o saber-agir e o saber-ser a serviço das estratégias da mesma (Tolfo, 2002).

Aqui, pode-se conceituar carreira como sendo a sequência de posições que uma pessoa ocupa durante a sua vida, não está associada somente aos trabalhos, estudos e outras

experiências, aos quais esse conceito sempre esteve atrelado, ela engloba ainda percepções individuais, atitudes e comportamentos profissionais, resultando no desenvolvimento de competências para lidar com situações de trabalho de maior complexidade e em constante transformação (Costa; Chiuzi & Dutra, 2013).

Segundo Siqueira (2014) o sucesso na carreira possui várias dimensões. Cada indivíduo o perceberá de uma forma, de acordo com suas experiências e objetivos, dentre elas encontram-se: resultados financeiros, promoções, realização de metas, capacidade crescente de se adaptar e atuar em trabalhos mais complexos, identidade com o trabalho ou empregabilidade, equilíbrio vida-trabalho, realização pessoal, sentimento de orgulho e reconhecimento de outras pessoas.

Considerando nossa sociedade atual, pode-se perceber que a carreira está deixando de ser de forma institucional e hierárquica e tornando-se mais individual e flexível, constituindo-se em um processo de autodesenvolvimento, em constante transformação. Um exemplo, é a carreira em espiral, onde o movimento de ziguezague substitui o modelo em degraus ou escada, possibilitando ao indivíduo, usar as competências adquiridas para ter sucesso em outras carreiras e direções, a partir das mudanças e oportunidades que ocorrem ao longo da vida (Farjo, 2019).

As decisões e atitudes tomadas para a construção de uma carreira refletem em outras partes da vida das pessoas. Isso porque, para o desenvolvimento de uma carreira, podem ser exigidas adaptações que interferirão não só na sua vida pessoal, mas em toda a sua família (Dutra; Veloso; Fischer & Nakata, 2009).

Com isso, torna-se necessário que as organizações se preocupem em apoiar os indivíduos no seu processo de gestão de carreira e na promoção de uma visão menos tradicional desta, caso contrário, poderão ter funcionários menos estimulados. Quando a empresa oferece suporte e apoio ao desenvolvimento da carreira e busca dos objetivos, os colaboradores desejam permanecer na organização (Ascensão, 2009).

O planejamento de carreira é um desenho do futuro profissional. Nele são traçados objetivos e planos para atingi-lo, assumindo uma postura ativa frente a própria carreira (Ourique, 2010). A partir do planejamento e gestão de carreira, o indivíduo faz uma análise de suas competências entendendo a si próprio, fazendo com que o encontro do trabalho certo torne-se uma tarefa mais fácil, aumentando seu nível de satisfação (Malschitzky, 2012).

O Planejamento de Carreira, nesse contexto, também pode ser considerado um processo de auto avaliação, que visa o estabelecimento de objetivos e metas profissionais a serem implementadas ao longo da trajetória acadêmica e profissional. Precedido de uma escolha profissional bem sustentada, o planejamento de carreira cria condições de melhorar o aproveitamento, por parte do estudante, das oportunidades acadêmicas. Aumentando assim as chances de êxito da inserção profissional e orientando as ações realizadas pelo mesmo ao longo do percurso de formação e exercício profissional (Brasil; Felipe; Nora & Favretto, 2012).

É de extrema importância que o estudante planeje a sua inserção no mercado de trabalho, pois o mesmo tem exigido profissionais cada vez mais aperfeiçoados quanto a sua formação e desenvolvimento de habilidades e competências. Também, valorizando a flexibilidade e a autonomia, pois essas são habilidades que ajudarão o indivíduo a adaptar-se às mudanças que vêm ocorrendo no contexto do mercado de trabalho (Ourique, 2010).

Neste contexto, percebe-se a importância de cursos extracurriculares voltados ao planejamento de carreira pois possibilitam uma preparação adequada para o trabalho, onde os estudantes poderão aprender técnicas para comunicar-se em equipe, relacionar-se, apresentar-se, desenvolvendo ainda habilidades de gestão, que cada vez mais passam a ser exigidas pelo mercado. Ressalta-se que, quanto mais desenvolvido pessoal e profissionalmente e quanto mais conhecimento o indivíduo possuir, maiores serão as chances de uma boa colocação e manutenção de seu emprego (Malschitzky, 2012).

O planejamento de carreira não garante a colocação no mercado, mas irá antecipar uma

série de questões e problemas que podem ser trabalhados ainda durante a graduação ou imediatamente após a formatura. Nesse sentido, visualizando as variáveis presentes na sua condição pessoal e no universo do trabalho, o estudante perceberá também suas qualidades, tanto positivas, quanto negativas, podendo assim potencializar aquilo que tem de bom e buscar resolver as questões que precisam ser melhoradas (Brasil; Felipe; Nora & Favretto, 2012).

Muitos egressos que não planejam sua carreira, ao se depararem com situações adversas, acabam desanimando e até desistindo da profissão. Considerando o alto número de pessoas formadas no Ensino Superior, que não trabalham na sua área de formação e, considerando também a expressividade do índice de egressos que não encontram seu primeiro emprego imediatamente após a formatura, percebe-se a necessidade e a importância do planejamento da inserção no mercado de trabalho (Brasil; Felipe; Nora & Favretto, 2012).

Diante disso, em uma pesquisa realizada por Ourique (2010) o autor percebeu que o envolvimento com atividades não obrigatórias durante o curso superior está diretamente relacionado com uma maior clareza em relação a sua escolha profissional. Isso porque, tais atividades promovem a aproximação do acadêmico com a realidade profissional. Além disso, essas atividades também permitem que o formando avalie seus próprios interesses, habilidades e valores, auxiliando-o assim na definição de sua identidade profissional.

Por isso, Instituições de Educação Superior, de forma crescente, têm buscado oferecer esses serviços de apoio e desenvolvimento a seus estudantes, com o intuito de facilitar as transições e a adaptação oriundas da fase universitária, contribuir para um melhor desempenho acadêmico e promover o desenvolvimento integral do estudante, tanto como cidadão quanto como profissional (Bisinoto & Marinho-Araujo, 2015). Buscam também construir projetos voltados para a promoção de saúde e prevenção do adoecimento emocional, considerando seu impacto para o desempenho do estudante (Penha; Oliveira & Mendes, 2020).

Psicologia no Ensino Superior e o papel do Psicólogo

Sendo percebido como um acontecimento estressante, a transição da formação para o mundo do trabalho deve receber atenção das instituições de ensino superior e dos serviços de psicologia, para que auxiliem os estudantes nessa transição através da elaboração de atividades que minimizem esses efeitos estressantes. Segundo Monteiro (2015) conforme citado por Sousa e Gonçalves (2016) isso pode ser feito de diversas formas:

Incentivando os estudantes a participarem, por exemplo, em atividades, workshops intencionalmente preparadas para este objetivo; a realizarem formação complementar e pós-graduada na sua área; promover e realizar cursos de línguas, requisito essencial a quase todas as áreas atualmente; proporcionar intervenções individuais e/ou em grupo para lidar com estas transições; promover o contato de exploração direta com o tecido empresarial, através de mini estágios, contatos com profissionais, através de entrevistas antecipadamente preparadas e posteriormente integradas e refletidas.

Além de ensinar os estudantes a elaborar currículo, cartas de apresentação e simulando entrevistas de emprego, auxiliando assim os sujeitos a enfrentar os futuros processos de recrutamento. Essas atividades ajudarão a promover o desenvolvimento pessoal e também habilidades como: o raciocínio, o pensamento crítico e o autoconhecimento, garantindo assim o empoderamento dos seus formandos e preparando-os para os desafios que serão encontrados nessa transição, pois para que os estudantes consigam sucesso profissional no futuro, é necessário o apoio e investimento de parte da universidade ao longo da sua formação (Sousa & Gonçalves, 2016). Esse desenvolvimento torna-se cada vez mais relevante a medida que os locais de trabalho estão procurando pessoas ativas, dinâmicas, cooperantes, com uma elevada capacidade analítica e de resiliência (Fernandes & Gonçalves, 2012).

Os psicólogos que atuam nesse contexto precisam estar preparados para lidar com demandas grupais, sabendo também identificar quando é necessário desenvolver ações

individuais (Bisinoto & Marinho-Araújo, 2011). É também de sua competência, auxiliar a instituição a implementar ações visando o desenvolvimento do pensamento crítico e favorecendo processos de humanização, buscando assim eliminar os obstáculos que se colocam entre os sujeitos e o conhecimento (Santos; Souto; Silveira; Perrone; & Dias, 2015).

Tradicionalmente, os trabalhos realizados por psicólogos, nas instituições, envolvem o acompanhamento individual, encaminhamentos conforme a demanda dos estudantes, o desenvolvimento de atividades em grupos e os processos de orientação profissional, ações essas já consolidadas na área de atuação profissional (Serpa & Santos, 2001). Por outro lado, as atividades emergentes são mais abrangentes e complexas. Englobam o diagnóstico, a análise e a intervenção institucional; a participação na construção, acompanhamento e avaliação da proposta pedagógica da instituição; participação no processo de seleção dos membros desta equipe; realização de oficinas visando o desenvolvimento integral dos estudantes; realização de pesquisas buscando o aprimoramento do processo educativo; implementação de políticas públicas, entre outros (Martínez, 2010).

Algumas atividades englobam também a avaliação da instituição e dos professores e o aperfeiçoamento dos mesmos. Através do acompanhamento das atividades educativas dos docentes e a aprendizagem dos estudantes, podendo assim sugerir alternativas e ajudar na construção de programas inovadores de ensino, auxiliando os professores a melhorar suas habilidades profissionais e favorecendo o aprendizado dos discentes. Percebe-se, então, que a atuação desse profissional deve se dar de forma sistêmica, abrangendo os processos de ensino e as vivências acadêmicas, deixando de lado a visão individualista, onde a atenção estava voltada apenas ao estudante (Bisinoto & Marinho-Araújo, 2011).

Em algumas instituições, os psicólogos também realizam o aconselhamento de carreira dos estudantes, bem como a preparação para a sua inserção no mercado de trabalho. Procurando ajudar o indivíduo a compreender as próprias necessidades, definir objetivos e gerir a própria

carreira (Lima & Fraga, 2010). Nesse contexto, deve-se incentivar a reflexão dos estudantes sobre valores, metas e projetos pessoais e profissionais. Além de promover o autoconhecimento e a ampliação das perspectivas sobre as diferentes possibilidades de atuação profissional, preparando os mesmos para as situações de processos seletivos, busca de emprego, participação em entrevistas e elaboração de currículo (Santos; Souto; Silveira; Perrone; & Dias, 2015).

A intervenção psicológica relacionada à orientação e desenvolvimento de carreira para estudantes do ensino superior, os auxilia a contornar melhor situações as quais se deparam ao longo de sua vida. Isso acontece devido à aquisição do autoconhecimento e do autodesenvolvimento, além da antecipação de situações que podem vir a ocorrer e que podem ser vivenciadas de diferentes formas pelos estudantes (Lima & Fraga, 2010).

Apesar de sua importância, um estudo realizado pelo Fórum de pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) entre os anos de 1999 e 2000, onde foram avaliadas 40 instituições, constatou que apenas 34% destas ofereciam algum serviço voltado à saúde mental dos estudantes (Assis & Oliveira, 2010). Atualmente, é crescente a preocupação das instituições de ensino superior com a saúde mental dos estudantes, pois perceberam a sua importância para o bem-estar e o desempenho acadêmico. Além de facilitar a integração total do estudante após o ingresso no ensino superior, bem como a sua permanência com qualidade na instituição, até a conclusão do curso e transição para o trabalho (Cristo, Farias, Cavalcante, Medeiros Lima, & Diogo, 2019).

Por fim, segundo Veriguine, Krawulski, D'ávila e Soares (2010) um dos objetivos do ensino superior é a formação de mão-de-obra especializada. Porém, diante da realidade vivenciada nos últimos anos, um curso de graduação deve ainda formar profissionais com uma postura crítica e inovadora. Muito mais do que ensinar fazer, o ensino deve desenvolver habilidades específicas, fomentando a reflexão e a produção de conhecimentos, aliando a teoria à prática. Tornando assim o jovem profissional capaz de enfrentar as diversas demandas do

mercado de trabalho.

Oliveira (2007) relata que as ações educacionais direcionadas para o planejamento de carreira, ofertadas pelos serviços de Psicologia nas Instituições de Ensino Superior, são facilitadoras da transição dos estudantes para o mercado de trabalho, possibilitando também tomadas de decisão profissionais. Segundo Teixeira (2002) esses serviços podem ainda fazer com que o indivíduo se comprometa mais com a sua carreira, o auxiliando a pensar sobre as características pessoais e as possibilidades de trabalho no mercado.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A presente pesquisa, no que diz respeito aos objetivos, classifica-se como exploratória. Segundo Severino (2007) busca levantar informações sobre determinado objeto, mapeando as condições de manifestação desse objeto. Quanto aos procedimentos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, que segundo Gil (2008) é realizada utilizando-se de materiais já elaborados. Todos os estudos, praticamente, exigem esse tipo de pesquisa. Porém, há outros desenvolvidos exclusivamente através da utilização de fontes bibliográficas, como é o caso deste.

A principal vantagem desse método de pesquisa encontra-se no fato de permitir ao investigador o contato e o conhecimento de vários temas e acontecimentos, os quais não conseguiria pesquisar diretamente (Raupp, Beuren, 2004). Esse fato se torna ainda mais importante quando o objeto da pesquisa se encontra muito disperso pelo espaço ou tempo. Como pesquisas que envolvem toda a população de um país, ou fatos ocorridos há muito tempo, por exemplo. Porém, através de uma bibliografia adequada, pode-se facilmente encontrar as informações necessárias. Considerando que, em muitos casos, não há outra maneira de conhecer e analisar acontecimentos passados (GIL, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que o Ensino Superior no Brasil se desenvolveu através de um processo lento, marcado por interesses políticos e sociais sendo, no início, uma exclusividade de uma minoria da população detentora do poder. Nesse contexto, as instituições buscavam exclusivamente a formação de profissionais liberais em faculdades isoladas, garantindo uma boa colocação no mercado de trabalho e prestígio social.

Em relação ao objetivo de realizar uma revisão teórica acerca do ensino superior no Brasil, verificou-se que a primeira Universidade criada em território brasileiro, a Universidade do Rio de Janeiro, a qual representaria um marco para a educação superior no país, não passou de uma aglutinação de escolas isoladas, mantendo seu caráter elitista e continuando mais voltada ao ensino do que à pesquisa.

Com sua expansão, a educação superior passou a ser um direito de cidadania para um número cada vez mais alto de pessoas. Porém, a população menos favorecida ainda encontra dificuldades tanto em seu ingresso, quanto na sua permanência no ensino superior. Nesse sentido, o Brasil continua buscando evoluir através da criação de leis e programas específicos, os quais garantem a destinação de vagas para a inclusão daqueles que, historicamente, não tinham acesso ao ensino superior, como negros, indígenas, população menos favorecida economicamente e pessoas com deficiência.

Quanto aos principais desafios encontrados pelos formandos no momento da transição, entre o ensino superior e o mercado de trabalho, percebeu-se que no momento de finalização do curso os formandos se deparam ainda com alguns desafios. E o principal deles é encontrar uma boa colocação no mercado de trabalho da profissão que escolheu pois, com a expansão do ensino superior e com a atual crise econômica vivenciada, o mercado alterou-se significativamente.

Também, verificou-se que um diploma universitário que antigamente representava a

garantia de uma boa colocação no mercado de trabalho, hoje precisa estar atrelado a uma série de habilidades e competências que muitas vezes não se aprende no ensino superior. Sendo necessário, assim, que a instituição crie programas educacionais visando o desenvolvimento de atividades para que os estudantes possam adquirir tais habilidades e competências.

Após ingressar no Ensino superior, o estudante se depara ainda com diversas questões geradoras de angústia. Por isso, torna-se de extrema importância que essas instituições possuam um psicólogo a disposição de seus discentes, para que este possa auxiliá-los nas situações enfrentadas no dia-a-dia. Além disso, o psicólogo pode auxiliar também em assuntos mais pontuais, como no processo de ensino- aprendizagem, na preparação dos estudantes para o mercado de trabalho e nas dificuldades encontradas no momento de transição entre ensino superior e mercado. Esse profissional deve ter uma visão sistêmica da instituição e de seus processos, precisando também identificar demandas individuais que poderão surgir no contexto.

Ao compreender o significado de carreira, segundo os autores Costa, Chiuzi e Dutra (2013) a carreira é a sequência de posições que uma pessoa ocupa durante a sua vida, não estando associada somente aos trabalhos e estudos, mas também às percepções individuais do indivíduo, atitudes e comportamentos profissionais. Assim, resultando no desenvolvimento de competências para lidar com situações de trabalho de maior complexidade, e em constante transformação.

Outra atividade que poderá auxiliar os indivíduos que encontram-se nesse processo de transição é o planejamento de carreira. Nele o estudante poderá traçar uma rota de onde quer chegar, bem como os passos que deverão ser dados para o alcance desse objetivo. Esse exercício, faz com que se sinta menos desorientado e que saiba o que fazer quando se deparar com essa situação.

Sendo que, para Siqueira (2014) o sucesso na carreira pode ser percebido por cada

indivíduo de uma forma diferente. Essa percepção é moldada por suas experiências e objetivos, podendo ser de diferentes formas, como: resultados financeiros, promoções, realização de metas, capacidade crescente de se adaptar e atuar em trabalhos de maior nível de complexidade, identidade com o trabalho ou empregabilidade, equilíbrio vida-trabalho, realização pessoal, sentimento de orgulho e reconhecimento de outras pessoas.

A intervenção psicológica quanto á orientação e desenvolvimento de carreira no ensino superior, auxiliará os estudantes a contornar algumas situações difíceis com as quais se depararão ao longo de sua vida profissional, pois contarão com maior autoconhecimento e autodesenvolvimento, além de poderem assim, antecipar situações que possam vir a ocorrer, estando desta forma, preparados para enfrentá-las (Lima & Fraga, 2010).

Por fim, percebe-se que a psicologia pode contribuir muito para que os processos aqui apresentados se tornem mais leves e bem-sucedidos. Sendo de extrema importância o apoio psicológico para a orientação dos indivíduos frente a tais processos, podendo o psicólogo acompanhar o indivíduo desde a sua entrada na graduação, passando pelo seu processo de permanência e formação no ensino superior, bem como na sua transição para o mercado de trabalho. Desse modo, auxiliando-o a desenvolver as competências e habilidades necessárias para seu sucesso na inserção ao mundo do trabalho.

REFERÊNCIAS

- Almeida, M. S. R. O. (2019). Entre expectativa e realidade: uma análise da transição e adaptação (para) e no ensino superior, a partir do olhar de alunos ingressos no instituto federal do Amapá, Campus Macapá. *Revista Diálogos e Perspectivas em Educação*, 1 (1), 67-79.
- Ascensão, C. S. C. (2009) *Práticas de gestão de carreira, acolhimento e integração e empenhamento organizacional: estudo de caso no sector de pós-venda automóvel*. Dissertação de mestrado (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Lisboa.
- Assis, A. D.de., & Oliveira, A. G. B.de. (2010) Vida universitária e Saúde Mental: Atendimento às demandas de saúde e Saúde Mental de estudantes de uma universidade brasileira. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental/Brazilian Journal of Mental Health*, 2(4-5), 163-

182.

- Bardagi, M., Lassance, M. C. P., Paradiso, Â. C., & Menezes, I. A. de. (2006). Escolha profissional e inserção no mercado de trabalho: percepções de estudantes formandos. *Psicologia escolar e educacional*, 10(1), 69-82.
- Bartholo, D. A. R.; (2019). Instituições de Ensino Superior no Brasil: pressupostos constitutivos da realidade contemporânea. *Revista de Estudos Aplicados em Educação*, 4(7), 116-132.
- Bisinoto, C., & Marinho-Araújo, C. M. (2011). Psicologia escolar na educação superior: atuação no distrito federal. *Psicologia em Estudo*, 16(1), 111-122.
- Bisinoto, C., & Marinho-Araujo, C. (2015). Psicologia Escolar na Educação Superior: panorama da atuação no Brasil. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 67(2), 33-46.
- Brasil, V., Felipe, C., Nora, M. M., & Favretto, R. (2012). Orientação profissional e planejamento de carreira para universitários. *Cadernos Acadêmicos*, 4(1), 117-131.
- Campos, B. P. (1993). Consulta psicológica nas transições desenvolvimentais. *Cadernos de consulta psicológica*, 9, 5-9.
- Costa, L.V., Chiuzi, R. M., & Dutra, J. S. (2013). Relações entre percepção de sucesso na carreira e comprometimento organizacional: um estudo com professores do ensino superior de administração. *Revista de Administração da UNIMEP*, 11(2), 103-118.
- Cristo, F. et all. (2019). O ensino superior e suas exigências: consequências na saúde mental dos graduandos. *Revista Trab.En(Cena)*, 4(2), 485-505.
- Dutra, J. S.; Veloso, E. F. R.; Fischer, A. L.; Nakata, L. E. (2009). As carreiras inteligentes e sua percepção pelo clima organizacional. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 10 (1), 55-70.
- Farjo, R. C. (2019). *Os significados do propósito na carreira contemporânea*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), São Paulo, SP, Brasil. Recuperado em 06 de junho de 2020 de <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/22424/2/Raissa%20Castilho%20Farjo.pdf>
- Fernandes, F. S., & Gonçalves, C. (2012) *Transformações no mundo do trabalho e seus significados: como orientar em tempos de crise?* In: Mobilidade, formación, orientación: Actas do XIII Congreso Internacional de Galicia e Norte de Portugal de Formación para o Traballo. Portugal. Recuperado em 06 de junho de 2020 de <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/63491/2/86774.pdf>
- Florio, L. C. & Brandão, T.S. (2019). *Acesso e permanência de alunos de origem popular: um estudo de caso*. (Trabalho de conclusão de curso). Universidade Federal Rural do Semiárido – UFERSA. Mossoró. RN. Brasil.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. Editora Atlas SA.

- INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2018). Censo da Educação Superior 2018. Notas Estatísticas.
- Lima, P., & Coimbra, J. L. (2004). *Narrativas de investimento vocacional contributo para a revisão das práticas de orientação vocacional no contexto escolar*. In: *Necessidades de formação e desenho curricular por competências: Actas do V Congresso Internacional de Galicia e Norte de Portugal de formação para o trabalho*. Portugal. Recuperado em 06 de junho de 2020 de <https://core.ac.uk/download/pdf/143389023.pdf>
- Lima, R., & Fraga, S. (2010). Intervir para ajudar e ajudar para construir: Um modelo de intervenção psicológica com estudantes do ensino superior. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 11(2), 269-277.
- Magalhães, M. De. O. (2008). Generatividade e vínculos com a carreira e a organização: problematizando as bases do comprometimento organizacional. *Revista brasileira de orientação profissional*, 9(2), 67-80.
- Malschitzky, N.(2012). A importância da orientação de carreira na empregabilidade. *Revista da FAE*, 15(1), 150-165.
- Martínez, A. M. (2010). O que pode fazer o psicólogo na escola? *Em aberto*, 23(83), 39-56.
- Martins, A. C. P. (2002). Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. *Acta Cirúrgica Brasileira*, 17 (Suplemento 3), 04-06.
- Mattei, T. F., & Cunha, M. S. (2020). A crise econômica brasileira e seus efeitos sobre o emprego formal: uma decomposição shift-share estocástica. *Revista Orbis Latina*, 10(1), 116-138.
- Mérida, S. M. A., Hasenclever, L., & Carvalho, M. M. (2019). Reflexos das inovações tecnológicas sobre o emprego: uma revisão da literatura. *Brazilian Journal of Development*, 5(11), 26735-26761.
- Neto, P. B. (2019). *A Indústria 4.0 e o impacto no trabalho: Uma revisão de literatura e reflexão para o futuro*. (Dissertação de Mestrado). Universidade do Porto. Portugal.
- Neves, C. E. B. (2002). *A estrutura e o funcionamento do ensino superior no Brasil*. In: Soares, M. S. A. (Org.) *Educação superior no Brasil*. Brasília: Capes/Unesco.
- Oliveira, M. C. (2007). *Desenvolvimento e maturidade de carreira de estudantes universitários: validação de instrumento de medida*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil.
- Oliven, A. C. (2002). *Histórico da Educação Superior no Brasil*. In: Soares, M. S. (Org.). *Educação Superior no Brasil*. Brasília: CAPES/Unesco.
- Ourique, L. R. (2010). *Autoeficácia e personalidade no planejamento de carreira de universitários*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.
- Penha, J. R. L., Oliveira, C. C., & Mendes, A. V. S. (2020). Saúde mental do estudante

- universitário: revisão integrativa. *Journal Health NPEPS*, 5(1), 369-395.
- Pires, A., & Vargas, B. M. S. (2019). Acesso ao ensino superior brasileiro: perfil dos ingressantes do programa de inclusão da Unicamp. *Revista Espaço Pedagógico*, 26(1), 158-182.
- Raupp, M. F., & Beuren, I. M. (2004). *Metodologia de Pesquisa Aplicável as Ciências Sociais*. In: Beuren, I. M. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. (2.ed. pp. 76-97). São Paulo: Atlas.
- Santos, A. S., Souto, D. C., Silveira, K. S., Perrone, C. M., & Dias, A. C. G. (2015). Atuação do Psicólogo Escolar e Educacional no ensino superior: reflexões sobre práticas. *Psicologia Escolar e Educacional*, 19(3), 515-524.
- Santos, G. L. (2019). *Educação superior ainda que tardia: sentidos da formação e significados do diploma entre adultos com antecedente escolar na EJA*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, Brasil.
- Sartori, E., & Garcia, C. H. (2019). As competências transversais no mercado de trabalho e nas instituições de ensino superior sob a ótica dos alunos. *Revista de Estudos e Reflexões Tecnológicas da Fatec- Reverte*, 17(17), 5-14.
- Schwartzman, S (2006). A universidade primeira do Brasil: entre intelligentsia, padrão internacional e inclusão social. *Estudos Avançados*, 20(56), 161-189.
- Serpa, M. N. F.; Santos, A. A. A. (2001). Atuação no ensino superior: um novo campo para o psicólogo escolar. *Psicologia Escolar e Educacional*, 5(1), 27-35.
- Severino, A. J. (2007). *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. São Paulo: Cortez.
- Siqueira, M. M. M. (2014). *Novas medidas do comportamento organizacional: ferramentas de diagnóstico e de gestão*. Artmed Editora.
- Sousa, E.; Gonçalves, C. (2016). Satisfação com a Formação Superior e Transição para o Trabalho. *Revista de Psicologia*, 25(1), 01-20.
- Teixeira A. (1969). *O ensino superior no Brasil – análise e interpretação de sua evolução até 1969*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Teixeira, M. A. P. (2002). *A experiência de transição entre a universidade e o mercado de trabalho na adultez jovem*. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.
- Teixeira, M. A. P.; Gomes, W. B. (2004). Estou me formando e agora?: Reflexões e perspectivas de jovens formandos universitários. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 5(1), 47-62.
- Tolfo, S. da R. (2002). A carreira profissional e seus movimentos: revendo conceitos e formas de gestão em tempos de mudanças. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, 2(2), 39-63.

Veriguine, N. R.; Krawulski, E.; D'ávila, G. T.; Soares, D. H. P. (2010) Da formação superior ao mercado de trabalho: percepções de alunos sobre a disciplina orientação e planejamento de carreira em uma universidade federal. *Revista Electrónica de Investigación y Docencia*, 4, 76-96.